

## Resistência e pandemia pela lente da mídia jornalística eletrônica brasileira: uma análise discursiva

Resistance and pandemic through the Brazilian electronic journalistic lens: a discursive analysis

Hoster Older Sanches<sup>1</sup>  
Instituto Federal do Paraná – IFPR  
hosterolder@yahoo.com.br

**RESUMO:** Este artigo apresenta uma investigação discursiva sobre possíveis emergências de práticas de resistência enunciadas no discurso de mídias jornalísticas brasileiras que circularam na *internet* no mês de abril de 2020. As sequências enunciativas constitutivas do *corpus* são, predominantemente, de ordem imagética e foram coletadas em plataformas eletrônicas jornalísticas. Optou-se por esse recorte histórico por corresponder ao início da pandemia no Brasil, bem como das medidas restritivas de isolamento social. Recorrendo à metodologia de análise discursiva arquegenealógica de Michel Foucault, buscou-se compreender como os espaços públicos foram discursivizados por essas mídias durante o período histórico recortado. Outro objetivo foi conhecer as condições de possibilidade que permitem ou não a prática de resistências à norma discursiva pandêmica em espaços públicos enunciados nas mídias jornalísticas. Analisaram-se as formações discursivas que atravessam os espaços públicos e que podem possibilitar condição de existência de práticas de resistência. Concluiu-se que o discurso midiático materializa os efeitos de um dispositivo de segurança de funcionamento capilar, porém mostra as formações discursivas política e econômica possibilitando resistência às normas pandêmicas ao promover a aglomeração de indivíduos.

**Palavras-chave:** Discurso; Resistência; Espaço Público; Governamentalidade; Covid-19.

**ABSTRACT:** This article presents a discursive investigation about possible emergencies of resistance practices enunciated in the discourse of Brazilian journalistic medias which circulated on the internet in April 2020. The constitutive enunciative sequences of corpus are, predominantly, of an imagery order and they were collected from electronic journalistic platforms. It was chosen for this historical excerpt because it corresponds to the beginning of the pandemic in Brazil, as well as restrictive measures of social isolation. Appealing Michel Foucault's archegenealogical discourse analysis methodology, it was sought to understand how public spaces were discursivized by these medias during the historical period extracted. Another objective was to know the conditions of possibility that allow or not the practice of resisting the pandemic discursive norm in public spaces enunciated in the journalistic medias. It was analyzed the discursive formations that pass through public spaces and that may enable

---

<sup>1</sup> Professor efetivo do quadro do Instituto Federal do Paraná (IFPR), campus Jacarezinho, onde ocupo a cadeira de Língua Portuguesa e de Língua Espanhola. Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

condition of existence of resistance practices. It was concluded that the media discourse materializes the effects of a capillary functioning safety device, however it shows the political and economic discursive formations allowing resistance to pandemic norms by promoting the agglomeration of individuals.

**Keywords:** Discourse; Resistance; Public place; Governmentality; Covid-19.

## Considerações iniciais

Em meio à realidade brasileira do isolamento e do distanciamento sociais adotados devido à pandemia da SARS-CoV-2, a partir de meados do mês março de 2020, pensar discursivamente as relações de poder e as práticas de liberdade, em espaços públicos, mostra-se relevante aos estudos discursivos foucaultianos. Esta investigação busca apresentar um diagnóstico parcial das práticas discursivas (FOUCAULT, 2012a) em plataformas virtuais de mídias de informação, considerando a condição de possibilidade de existência de uma tríplice relação nos jogos de verdade: governamentalidade (FOUCAULT, 2008), espaço público e resistência.

A história presente impacta as condições de possibilidade dos sujeitos livres<sup>2</sup> e, por efeito, suas práticas de liberdade. As relações sociais ocorrem em rede pela qual se dão as relações de poder que anunciam as estratégias da biopolítica (FOUCAULT, 1988) em meio à doença. É notório que as condições de possibilidade nas relações econômicas passaram a ser limitadas para diferentes sujeitos, principalmente, para aqueles que tiveram seu emprego ou seu modo de subsistência extintos.

Tal contemporaneidade motivou a elaboração e o desenvolvimento desta investigação discursiva, a qual se debruça sobre o funcionamento discursivo de mídias jornalísticas eletrônicas acerca dos espaços públicos veiculados em meio à pandemia de Covid-19, no Brasil. A partir da escolha por esse recorte histórico, mês de abril de 2020, iniciou-se a seleção de enunciados em que os espaços públicos são materializados.

A investigação discursiva atentou para a materialidade de práticas de resistência enunciadas em sequências, principalmente, de ordem imagética que compõem a série deste *corpus*, considerando as condições de possibilidade de existência de espaços em que esse exercício resistente à ordem vigente é promovido e capturado pelo olhar jornalístico. Para isso, recorreu-se aos pressupostos teóricos da análise discursiva foucaultiana, a que pertencem os conceitos norteadores da pesquisa. Portanto, pergunta-se: como os espaços públicos são discursivizados por essas mídias em tempos de pandemia?

Dessa forma, o objetivo central deste artigo é compreender as condições de possibilidade que permitem ou não a prática da resistência à norma pandêmica em espaços públicos enunciados em plataformas jornalísticas eletrônicas. Por conseguinte, a investigação

---

<sup>2</sup> Entende-se por sujeito livre aquele que não está sob coerção violenta, escravidão, cárcere ou outra forma de subjugação do sujeito perante o emprego de violência, seja promovida por instituições ou o Estado, como colocar o sujeito sob sua tutela em uma prisão; seja por coerção física e/ou moral promovida em âmbito das microrrelações.

busca: a) saber quais espaços públicos oferecem maiores condições de possibilidade de resistência à governamentalidade (FOUCAULT, 2008) durante a pandemia da Covid-19 e b) investigar a possibilidade de existência de domínios associados no funcionamento desses espaços por diferentes formações discursivas que os associam.

O *corpus* elaborado e investigado é formado por vinte e duas sequências enunciativas (doravante SEs) recortadas a partir de plataformas eletrônicas de informação, mais especificamente, de jornais eletrônicos que circularam na *internet* durante o mês de abril de 2020: fase inicial da pandemia no país. O primeiro movimento de recorte compôs uma série enunciativa constituída por cento e nove sequências enunciativas, cujas materialidades correspondem a enunciados de nível linguístico e imagético que acompanham notícias e/ou reportagens veiculadas pelas plataformas de informação. Esse movimento inicial, para a constituição do quadro enunciativo, permitiu a formulação do *corpus* do trabalho, composto pelas vinte e duas sequências enunciativas.

Com isso, o artigo, em um primeiro momento, mobiliza os conceitos fundamentais à análise discursiva proposta e apresenta o método empregado nesta investigação científica em conformidade com a teoria arquegenealógica promovida por Michel Foucault. Em seguida, as SEs são apresentadas e analisadas discursivamente.

### **Mobilizando as ferramentas conceituais do método**

A elaboração do *corpus* para este artigo contou com o levantamento de enunciados predominantemente imagéticos, em plataformas virtuais de informação, as quais circulam no território brasileiro através da *internet*. O método objetivou a composição de uma série enunciativa a qual promovesse, na dispersão dos enunciados e das pequenas ocorrências, as condições de um diagnóstico parcial da realidade brasileira, buscando, para tanto, amparo teórico nos estudos discursivos de ordem foucaultiana, dos quais se compartilham as noções fundamentais para análise, como a de biopoder, a de governamentalidade e a de resistência (FOUCAULT, 2012b).

A série enunciativa (FOUCAULT, 2012a) constitutiva do *corpus* é composta por enunciados, em sua maioria, imagéticos, sendo, então, as imagens apresentadas como sequências enunciativas, as quais foram analisadas a partir do arcabouço teórico foucaultiano, mais precisamente, a análise arquegenealógica do discurso, por se considerar um caminho esclarecedor para a compreensão de quem somos hoje (FOUCAULT, 2008), isto é, a

metodologia permite “analisar as regras de formação de um saber, assim como, por intermédio dessa mesma escavação discursiva, empreender uma história do presente, uma história daquilo que os discursos fazem de nós hoje” (NAVARRO, 2018, p. 268).

Ao investigar a emergência do conceito de população, no séc. XVIII, e a gestão desta que, em uma descontinuidade das relações de poder, passa a ser realizada nos moldes de uma biopolítica, Michel Foucault pontua que:

A situação atômica se encontra hoje no ponto de chegada desse processo: o poder de expor uma população à morte geral é o inverso do poder de garantir a outra sua permanência em vida. O princípio: poder matar para poder viver, que sustentava a tática dos combates, tornou-se princípio de estratégia entre Estados; mas a existência, em questão, já não é aquela – jurídica – da soberania, é outra – bióloga – de uma população. Se o genocídio é, de fato, o sonho dos poderes modernos, não é por uma volta, atualmente, ao velho direito de matar; mas é porque o poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços da população (FOUCAULT, 1998, p. 149-150).

Logo, o dispositivo de poder político está voltado para o governo da população, em um movimento de um bom governo da vida cada indivíduo que compõe a sociedade. As relações de força se voltam, então, para a individualidade do organismo vivo social e se configuram, assim, no que Foucault (1988) denominou de biopoder: o poder exercido sobre a vida. Em consonância com comentadores de Foucault, compreende-se tal poder como o

Poder sobre a vida ou biopoder seria essa estratégia geral que tomava os corpos seja em sua conduta sequestrada, quando do objetivo de uma ampliação de sua docilidade-utilidade, seja em regimes de totalização quando da preocupação de tomar o humano enquanto espécie e, assim, assegurar sua vida num quadro mais amplo de vidas dignas de serem vividas e vidas perigosas a se eliminar. [...] Governamentalidade foi o neologismo criado para se ajuntar num conceito amplo as características das disciplinas associadas às das biopolíticas da população (AMBRÓSIO, 2019, p. 57).

O conceito de governamentalidade, mobilizado neste artigo, obedece à definição elaborada por Michel Foucault sobre o conceito, ou seja,

o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises, e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, bem complexa, de poder, que tem como alvo principal a população, como forma mais importante de saber, a economia política, como instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’, entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e há muitíssimo tempo, em direção à preeminência desse tipo de saber que se pode chamar de ‘governo’ sobre todos os outros: soberania, disciplina. Isto, por um lado, levou ao

desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e, por outro, ao desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por ‘governamentalidade’, acho que se deveria entender o processo, ou melhor, o resultado do processo pelo qual o Estado de Justiça de Idade Média, tornando os séculos XV e XVI Estado administrativo, encontrou-se, pouco a pouco, ‘governamentalizado’ (FOUCAULT, 2015, p. 296-297).

A partir de tais considerações teóricas, a perspectiva metodológica empregada neste breve estudo propõe analisar possíveis condições de existência de resistências em espaços públicos enunciadas pelo discurso jornalístico eletrônico, considerando, neste momento de saliência histórica e de produtividade discursiva acerca da pandemia de Covid-19, que “o espaço não mais preexiste aos enunciados, não os condiciona, mas será determinado por eles” (PRADO, 2018, p. 136).

### **O espaço público discursivizado em tempos de Covid-19**

Cabe destacar que, em uma primeira análise da série enunciativa elaborada, perceberam-se certas regularidades nas materialidades produzidas pelas mídias jornalísticas eletrônicas. Assim, operou-se um recorte dessa série de forma a observar a tal regularidade nos discursos veiculados durante o período de recorte da série. Assim, é nos pontos comuns e de raridade dos enunciados que se nota a materialidade em diferentes emergências no âmbito do jornalismo eletrônico brasileiro.

Num primeiro avanço analítico, cujo objetivo foi aproximar-se do *corpus* e com ele estabelecer uma relação, puderam ser verificadas três diferentes regularidades enunciadas quanto ao funcionamento dos espaços públicos no Brasil, em meio à pandemia, e veiculadas pelas referidas plataformas de informação. A ordem com que esses espaços aparecem neste texto não respeita uma sequência única e necessária a um efeito de conclusão. Portanto, os recortes de tais regularidades, por vezes, dialogam em tópicos distintos, o que pode atestar o caráter modular desses espaços.

A primeira regularidade identificada nas sequências enunciativas (SEs) foi a discursivização da saúde. O sistema pandêmico se mostra mais preocupante em áreas de concentração de pessoas, de alta densidade demográfica. Dessa forma, cem por cento dos ambientes retratados e discursivizados nas mídias correspondem a registros urbanos, identificados durante pesquisa, a qual busca compreender como os espaços públicos são retratados em enunciados imagéticos pela mídia eletrônica jornalística; e a regularidade

notada nesse ambiente foi o discurso dos espaços públicos promotores de saúde, já que possibilitam a prática de exercícios físicos, como parques e praças.

Outra regularidade enunciativa que se destaca é a materialidade das SEs atravessadas por domínios que estão além daquelas que se ocupam da biologia do ser humano. Na regularidade anterior, os discursos imagéticos que emergiram nas superfícies jornalísticas apontaram para certos domínios do saber que se entrecruzam em um ponto específico na história, o presente. Essa intersecção se dá, ao menos em sua temática, no campo da biologia e no da medicina, com seus relativos campos de saber que se associam por uma causa histórica: a pandemia de 2019.

De acordo com o recorte realizado no arquivo e a construção da série enunciativa aqui analisada, a terceira regularidade destacada por sua reiterada discursivização é a da população em situação de risco, inserida no espaço público e, por isso, materializados nas superfícies jornalísticas, quando a biopolítica encontra, na realidade da existência dessa população, um problema de saúde pública num momento histórico em que o biopoder, por meio da biopolítica, é posto em pleno funcionamento com alta produtividade discursiva e com diversos efeitos nas microrrelações de poder na sociedade. Coloca-se, então, o problema do governo, conceito este que pode ser compreendido como

Movimento, por um lado, de concentração estatal; por outro, movimento de dispersão e de dissidência religiosas: é aqui, penso eu, no cruzamento entre esses dois movimentos, que se insere, com a intensidade particular ao séc. XVI, o problema do como ser governado, por quem, até que ponto, com que fins, por quais métodos? É uma problemática do governo em geral (FOUCAULT, 2015, p. 276).

Convencido das modulações que os governos mantiveram desde o séc. XVI, a problemática do funcionamento do espaço público compete ao governo estatal e, por vezes, discursivizada, na atualidade, por um olhar jornalístico, já que este se compromete, institucionalmente, com as populações e a veiculação de informações. Há de se considerar as regularidades mencionadas que compuseram um horizonte de possibilidade da descrição das sequências imagéticas como enunciados, as quais estão localizadas e constituídas como tais espaço-temporalmente, na história. Considerando as materialidades de nível imagético, a análise discursiva das sequências enunciativas permite a identificação das possíveis margens de cada série; observando seu funcionamento nas condições de possibilidades em que são postas, observando, ademais, as relações que eles mantêm com outros enunciados que formulam o quadro enunciativo. São essas relações que se pretendem investigar os domínios

que se imbricam em cada sequência enunciativa e que, neste recorte, compõem o discurso midiático-jornalístico eletrônico, considerando a possibilidade de práticas de resistência.

Embora as SEs possam apresentar parentescos com os efeitos de sentido formulados a partir da enunciação de cada uma delas, deve-se tomar conta de que “a enunciação é um acontecimento que não se repete; tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir” (FOUCAULT, 2012, p. 123), assinalando a raridade dos enunciados. Traçar considerações sobre o discurso midiático jornalístico a partir dos enunciados imagéticos exige levar em consideração o funcionamento das relações de cada singularidade, na raridade de sua emergência e na coexistência com outros enunciados.

Pôde-se identificar que algumas SEs obedecem a um certo funcionamento, possibilitando, dessa forma, sua categorização como, por exemplo, espaços destinados aos cuidados para com a saúde, ou seja, fica claro que é importante cuidar da saúde. Portanto, o dispositivo de cuidado é um dos mecanismos orientados por uma governamentalidade. Tal constatação aponta para certa regularidade, tendo em vista que as ações políticas deste momento de pandemia visarem, em sua maioria, o cuidado para com a vida das pessoas em sociedade. É a biopolítica como forma de governar a população. Algumas materialidades tematizam especificamente o funcionamento de espaços voltados a esse cuidado para com a saúde da população; são os parques, academias a céu aberto, quadras e ciclovias, principalmente, em consonância com o discurso dominante sobre os cuidados para com a saúde.

A emergência desses enunciados aponta para uma ressignificação desses espaços públicos promovida pela pandemia. Resta saber como esses espaços aparecem discursivizados pela óptica da mídia jornalística eletrônica. O espaço público é apresentado nas regularidades de suas funções ou o que se vê trata-se de uma ressignificação, de um deslocamento das práticas discursivas próprias à espacialidade pública?

A seguir, são apresentadas duas sequências enunciativas que ilustram o processo de ressignificação do espaço público posto em discurso.



Imagem 1 - SE01



Fonte: Folha de S. Paulo (online)<sup>3</sup>.

Imagem 2 - SE02



Fonte: Folha de S. Paulo (online)<sup>4</sup>.

As duas sequências enunciativas materializam espaços que, a princípio, funcionavam como locais públicos, como o ginásio de esportes, na SE01, e um estádio de futebol, voltados à prática desportiva. No entanto, as sequências, de nível imagético, mostram uma reconfiguração desses espaços, especialmente, quanto à sua função, sendo esse espaço atravessado pelas técnicas do biopoder, o que redimensiona as práticas discursivas manifestadas nesses locais. O espaço agora é outro. Não se promove a manutenção da saúde e do bem-estar da população por meio da prática desportiva e do entretenimento, mas se anuncia nessas espacialidades, agora, a luta contra a morte, o governo sobre a vida da população visando o fazer viver.

Nota-se certa regularidade que aproxima os espaços enunciados nas SEs: o fato de serem espaços públicos fechados. Tal característica arquitetônica traz a possibilidade de

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/04/amazonas-esta-pertinho-de-colapsar-diz-governador.shtml>>. Pesquisa realizada em: 08 abr. 2020.

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/internacoes-por-covid-19-em-sp-pressionam-utis.shtml>>. Pesquisa realizada em: 14 abr. 2020.

restrição de acesso ou até mesmo de isolamento do espaço público, objetivando permitir o trabalho de profissionais de diversas áreas do conhecimento que, nessa realidade, reconfiguram, com suas práticas discursivas, o funcionamento desses locais.

Espaços públicos que se categorizavam como os da SE01 e da SE02, quando não reconfigurado seu funcionamento para o atendimento às necessidades ligadas à saúde, passam a ser interditados, como na enunciação midiática anterior, que gera sentido pelo não dito, ou seja, que aquele espaço público oferece condições de possibilidade de uma resistência popular às estratégias investidas pelo biopoder. Logo, a biopolítica se articula para promover a interdição, conforme ilustra a seguinte SE:

Imagem 3 - SE03



Fonte: Bragança em Pauta (online)<sup>5</sup>.

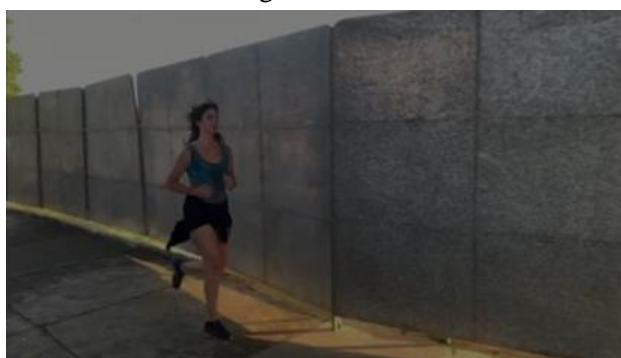
A interdição desses locais públicos pela governamentalidade e materializada pela mídia demonstra uma estratégia das microrrelações do biopoder, articulado por meio do exercício da biopolítica, com vistas a prevenir forças contrárias as relações desse poder, num movimento de antecipação às táticas de resistência possíveis a esses espaços. Poder-se-ia afirmar que esse funcionamento das relações tramadas pelo biopoder mina, de certa forma, as táticas de resistência? Não há emergência de resistência no enunciado da SE03? Em consonância com Foucault (2012b), a resistência é o contraponto do poder de que faz parte. Assim, a enunciação dessa sequência ecoa práticas de resistência, pois são elas que deram condições de possibilidade da emergência desse enunciado (SE03), e não outro.

A existência flagrada de espaços promotores da prática de esportes coletivos, como na SE03, pode ser compreendida, com a realidade pandêmica da Covid-19, como um espaço de possibilidade de promoção de resistência, no jogo das relações de poder do corpo social, em meio à pandemia. Assim, o discurso midiático eletrônico faz emergir um movimento antecipatório do poder frente a uma possibilidade de resistência contundente por parte da

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://bragancaempauta.com.br/braganca-fecha-quadras-esportivas-para-manter-isolamento-social/>>. Pesquisa realizada em 22 abr. 2020.

sociedade, por determinados grupos sociais subjetivados pelo dispositivo desportivo, por exemplo, mas também objetivados pela governamentalidade. Logo, essa contingência história possibilita a emergência de resistências possibilitadas, principalmente, pela distribuição e funcionamento dos espaços públicos. Pela lente das mídias eletrônicas, o espaço público é reconfigurado, apresentando “limites advindos da própria realização da autonomia, na qual devem conviver razão pública e razão privada. Essa condição torna-se [...] absolutamente indispensável, senão a realização de um espaço público livre e democrático continuaria a ser uma mera impostura” (CASTELO BRANCO, 2001, p. 247). Esse limite à autonomia e a reconfiguração do espaço público podem ser observados nas SEs a seguir:

Imagem 4 - SE04



Fonte: G1<sup>6</sup>.

Imagem 5 - SE05



Fonte: Nossa São Paulo<sup>7</sup>.

Diferentes fatores fazem contrastar as SEs anteriores, reservando, cada uma, suas singularidades. É perceptível a distinção de acesso dos indivíduos a esses espaços públicos de uma mesma cidade. Na SE04, o espaço é capturado e bloqueado pela ação do biopoder, o qual se articula de modo a impedir o acesso dos indivíduos a esse local, por meio do emprego de

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/09/para-evitar-novas-aglomeracoes-praca-por-do-sol-e-isolada-com-tapumes.ghtml>>. Pesquisa realizada em: 09 abr. 2020.

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www.nossasaopaulo.org.br/a-relacao-entre-vidas-perdidas-e-erro-na-tomada-de-decisao-politica/>>. Pesquisa realizada em 14 abr. 2020.

barreira construída artificialmente, restringindo a prática de liberdade dos sujeitos livres e, por efeito, o uso coletivo do espaço público pela sociedade. Verifica-se que as relações de poder buscam impedir um movimento de resistência por parte dos indivíduos, limitando o acesso ao local, dando fronteiras à liberdade. Isso demonstra que a estratégia do biopoder possui certa singularidade, isto é,

quando se define o exercício do poder como um modo de ação sobre a ação dos outros, quando o caracterizamos pelo “governo” dos homens uns sobre os outros – no sentido mais largo do termo – inclui-se, nesse caso, um elemento importante: a liberdade. O poder não se exerce senão sobre “sujeitos livres” e enquanto são “livres” – entendamos por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades no qual muitas condutas, muitas reações e diversos modos de comportamento podem ter lugar (FOUCAULT, 2015, p.237).

Portanto, tais estratégias de governamentalidade da população por meio da normatização dos espaços públicos afeta o cerne das relações entre os indivíduos em sociedade: a liberdade. A materialidade da SE05 tem sua enunciação em dois níveis, o imagético e o linguístico. Esse sincretismo permite perceber outra estratégia da governamentalidade, a qual toma o corpo social como um corpo biológico ameaçado pelo vírus SARS-CoV-2. O enunciado “Previna quem você ama” dá uma ordem direta àqueles que passam pelo local, porém não é acompanhado do referencial amado, do possível objeto desse amor que se enuncia em local público; ao contrário, a estratégia da governamentalidade apela para o sentimentalismo visando produzir uma determinada conduta nos indivíduos, numa relação entre eles e o espaço, pois a estratégia incute o isolamento social a partir do argumento do cuidado para com o outro. O isolamento é o cuidar do outro e de si. No painel eletrônico na SE05, a reprodução imagética do vírus faz parte do enunciado, auxiliando o estabelecimento do paradoxo vírus-cuidado, ao mesmo tempo em que busca alertar para o risco de contaminação que aquele espaço público oferece. Governar esses espaços é governar a população, ou seja, é necessário à governamentalidade exercer suas relações de poder sobre o território que objetiva,

Quer dizer que dessas coisas das quais o governo deve encarregar-se são os homens, mas em suas relações, seus laços, seus emaranhamentos com essas coisas que são as riquezas, os recursos, as substâncias, o território, com certeza, em suas fronteiras, com suas qualidades, seu clima, sua aridez, sua fertilidade; são os homens em suas relações com essas outras coisas que são os costumes, os hábitos, as maneiras de fazer ou de pensar e, enfim, são os homens em suas relações com outras coisas ainda que podem ser os acidentes ou desgraças, como a fome, as epidemias, a morte (FOUCAULT, 2015, p. 284).

E é sobre essas relações do homem com o território público que recai o olhar das mídias eletrônicas em contexto pandêmico para, a partir daí, produzirem seus discursos. A dispersão de materialidades midiáticas enuncia o movimento das relações de poder em meio à realidade da Covid-19, em que as relações de força se modulam conforme os espaços nos quais emergem, mediante o funcionamento ininterrupto do biopoder, podendo até mesmo traçar fronteiras à liberdade dos indivíduos ao impedir o acesso a esses sítios urbanos públicos. O biopoder busca regular as práticas de liberdade dos indivíduos, pois “a liberdade somente pode se externar em um espaço público no qual estejam garantidas as condições mínimas para seu exercício, e estas somente podem ser dadas num ambiente explícito de tolerância político-social ao exercício da liberdade” (CASTELO BRANCO, 2001, p. 244). Portanto, as estratégias da governamentalidade praticada e enunciada pelas mídias deixam entrever a modulação dos territórios, operando sobre os espaços de liberdade dos sujeitos na sociedade.

Quando o acesso a locais públicos é interditado, nota-se a ausência de práticas de resistência que poderiam vir à tona, mas que mostram uma outra realidade histórica dos sujeitos: a subjetivação dos sujeitos pelo discurso médico-científico, operacionalizado, dentro dessa governamentalidade, pelo dispositivo de segurança. Assim, o funcionamento do espaço público é enunciado de forma a materializar o deslocamento que ali se opera:

Imagem 6 - SE06



Fonte: Folha de S. Paulo (online)<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/voluntarias-constroem-e-distribuem-pias-moveis-para-moradores-de-rua-no-rio.shtml>>. Pesquisa realizada em: 25 abr. 2020.

Acima, enuncia-se um local público com uma função outra, a de um espaço promotor de higienização da população; num funcionamento outro. Logo, é notado que as relações de poder reconfiguram o espaço público por meio de sujeitos atravessados pelo biopoder, mas que não fazem parte do poder político do município, mas que são subjetivados por ele.

O espaço público interditado na SE04 ou o aberto, como na SE05, funcionam como estratégia de objetivação da saúde pública por meio do controle sobre os corpos da população, em uma captura do indivíduo, pela sanitização de cada um no interior dessa espacialidade. Ademais,

o governo por individuação ou normalização [...] é o substituto contemporâneo do poder pastoral desenvolvido no passado pela Igreja. Mas agora ele tem novos processos e conhecimentos à sua disposição: relatórios, enquetes, pesquisas e bancos de informações onde estão disponíveis dados crescentemente pormenorizados, levando a um exercício do poder que não é viável, afirma Foucault, “sem conhecer o que se passa na cabeça das pessoas, sem explorar suas almas, sem forçá-las a revelar seus segredos mais íntimos” (1994, p. 229). Essa técnica do poder pretende conhecer a consciência das pessoas, com o objetivo de dirigi-las (CASTELO BRANCO, 2001, p. 245-246).

Destarte, a governamentalidade dos espaços públicos, bem como da população, reconduz as práticas, nessas localidades, dos indivíduos na temporalidade da Covid-19. Aquilo que promovia a saúde e o bem-estar da população, conforme as práticas desportivas possibilitadas pelos parques, quadras e academias a céu aberto, por exemplo, é deslocado para um campo, agora, de perigo para a saúde da população. Trata-se, então, de um lugar outro, reconfigurado pelas condições de possibilidade que passaram a ter diante de uma verdade pandêmica, ou seja, tais espaços passam de promotor da saúde para uma ameaça a ela. Por isso, certos espaços são atravessados por campos associados de saber e, conseqüentemente, por outros dispositivos de saber-poder os quais, no caso em tela, produzem efeitos a partir das relações do biopoder junto ao corpo da população.

Institui-se, assim, a interdição de certos espaços, conforme ilustra a SE03. Nesses locais, as relações de poder se articulam de modo a tomar o corpo material dos indivíduos a partir da tática do impedimento do acesso aos espaços públicos, cujos funcionamentos podem se articular como estratégia de resistência ao biopoder, dado que o acesso a essas localidades confirma que

o indivíduo não é a vítima inerte, desprovida de poder, é o canal que tanto pode transmitir as ondas de poder como resistir a elas. Se o indivíduo, compreendido em sua materialidade, é o alvo dos agenciamentos do poder, é porque esse mesmo



indivíduo é titular de um certo poder capaz de produzir outras relações sociais (SAMPAIO, 2006, p. 27).

As relações de poder encontram-se autorizadas pelo conhecimento científico, o que confere uma legitimidade para essa tática do biopoder. Logo, o indivíduo, em sua existência singular, é o ponto de partida para uma estratégia de resistência ao isolamento social nos espaços públicos, o que fundamentaria as táticas de controle do corpo social através das relações de poder, por meio de diferentes dispositivos que capturam, de forma capilar, o corpo do indivíduo, que pouco resiste.

As técnicas empregadas nas materialidades analisadas até o momento corroboram o argumento da proteção do corpo social por meio da regulação dos indivíduos, pois o corpo é o ponto de partida para a prática de resistência, já que ele é o lugar “onde se entrecruzam relações de poder e saber e, ainda, como espaço de estratégias de resistência” (SAMPAIO, 2006, p. 26). Nesse sentido, a prática de ocupação do espaço público pelos indivíduos pode se estruturar em estratégias de resistência ao biopoder, justamente quando esse corpo escapa a essas técnicas de dominação da população, operando na falha do funcionamento desse poder, nas regularidades mostradas pelas mídias. Há uma tática sutil de poder e, com isso, as estratégias de resistência apresentam-se discretas ou até mesmo ausentes, no discurso midiático visto até o momento.

Imagem 7 - SE07



Fonte: Prefeitura de Goiânia<sup>9</sup>.

A SE07 ratifica a afirmação formulada sobre a sutileza do poder a partir dos saberes que o sustentam. A emergência nas mídias dos locais públicos de promoção de uma vida saudável é deslocada por um movimento biopolítico, para uma territorialidade outra, em que

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://www.goiania.go.gov.br/descumprimento-das-normas-durante-a-pandemia-pode-gerar-multa/>>. Pesquisa realizada em: 21 abr. 2020.

reside a contradição, pois esses espaços agora oferecem risco à saúde da população. O biopoder perpassa o campo político e o jurídico, por exemplo, ao articular-se de modo a manter o domínio do território sobre o qual atua, já que a governamentalidade, que engloba o biopoder, possui como um de seus objetivos a manutenção de uma população saudável, economicamente produtiva, numa rede de relações comerciais neoliberais.

O campo da economia, cujo dispositivo é um dos constitutivos da governamentalidade, apresenta domínios associados que se tangenciam nas relações de força postas em jogo na sociedade, tendo seus efeitos discursivizados como práticas de resistência ao biopoder.

De acordo com os protocolos de segurança das principais agências mundiais de saúde, especialmente a Organização Mundial da Saúde (OMS)<sup>10</sup>, é orientado às populações dos diferentes países, dentre outros cuidados, que, quando não possível o isolamento social, ao menos que se pratique determinadas condutas, como o uso de máscaras e o distanciamento entre os indivíduos, numa temporalidade de compartilhamento de um mesmo espaço para que, assim, possa-se evitar o contágio pela Covid-19. As relações de poder sobre os indivíduos apresentam, pois, seus efeitos.

Nas próximas duas SEs, a espacialidade das instituições financeiras públicas e privadas constituem-se, conforme o discurso da mídia, em um espaço possibilitador e promotor de práticas de resistência dos sujeitos frente às estratégias do biopoder na manutenção da saúde pública.

Imagem 8 - SE08



Fonte: Folha BV<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> Orientações sobre a doença contidas, disponíveis em: <<https://www.who.int/es/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Economia/-Veja-quem-recebe-nesta-terca-feira-o-auxilio-emergencial/64645>>. Pesquisa realizada em: 14 abr. 2020.



Imagem 9 - SE09



Fonte: A Gazeta do Acre (online)<sup>12</sup>.

Tendo em vista a alta taxa de desemprego no Brasil<sup>13</sup>, o governo político do país criou o “Auxílio Emergencial”<sup>14</sup>, a fim de ajudar financeiramente àqueles que tiveram sua renda prejudicada pela pandemia da Covid-19. O funcionamento do dispositivo econômico-financeiro é promotor, segundo o discurso das mídias informativas, de condições de possibilidade de práticas de resistência ao biopoder, como o isolamento e o distanciamento social, por meio do esquadramento do espaço e da objetivação dos corpos que o ocupa. As sequências 08 e 09 evidenciam o funcionamento prático dessa resistência às relações do biopoder, as quais buscam normatizar a conduta dos indivíduos no espaço público. No entanto, a materialidade visual da aglomeração de indivíduos demonstra que a condição de possibilidade dessa emergência se encontra no atravessamento da governamentalidade pelo dispositivo econômico-financeiro e é capturada pelo olhar midiático, mostrando que o funcionamento desse movimento resistente acaba sobrepujando o exercício do biopoder e invertendo, no jogo das relações de força, as posições assumidas e promovendo efeitos não mais de uma biopolítica, mas sim de uma necropolítica<sup>15</sup> (MBEMBE, 2018).

Nesse cenário, o dispositivo econômico-financeiro captura os indivíduos auxiliados por meio das estratégias postas em prática, como o referido “auxílio emergencial” e seu método de auxiliar. O quadro permite observar o caráter móvel da relação poder-resistência,

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://agazetadoacre.com/categoria/noticias/geral/page/4/>>. Pesquisa realizada em: 16 abr. 2020.

<sup>13</sup> De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de desempregados no Brasil é de 12,9 milhões de pessoas.

<sup>14</sup> De acordo com informações oficiais (Disponíveis em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>>; acessadas em: 07 ago. 2020), auxílio emergencial é “um benefício de R\$ 600 para garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia do Covid-19 (novo coronavírus), já que muitas atividades econômicas foram gravemente afetadas pela crise”.

<sup>15</sup> De acordo com a teoria de Achille Mbembe, necropolítica é a política de um governo que deixa morrer, condiciona a morte a um determinado segmento da sociedade, aos “matáveis”, ou seja, “o poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2018, p. 5), no exercício biopolítico de um governo político sobre uma população.

pois resistir é poder falar de um outro lugar, não mais o do oprimido. No entanto, essa prática de resistência ao biopoder, como vistas nas sequências 08 e 09, desloca-se para uma outra relação biopolítica que se passa a promover nesta sociedade: a necropolítica. O atravessamento do dispositivo econômico-financeiro permite avaliar a prática dos indivíduos como possibilitadora de contaminação pela Covid-19, portanto, da ameaça à saúde e à vida da população brasileira, conforme o exercício prático da necropolítica presente no discurso jornalístico eletrônico.

Essa constatação destoa daquela verificada em outros espaços públicos de liberdade, como nas SEs 03, 04 e 07. Nestes espaços, há o funcionamento de um dispositivo de poder-saber estrategicamente praticado pela governamentalidade: o dispositivo do cuidado, visando a produção e manutenção da saúde da população, buscando, com isso, o Estado poder contar com uma capacidade produtiva mais ampla de sua população. Por outro lado, a prática da resistência verificada nesses espaços públicos conta com uma governamentalidade contraditória pelo exercício, principalmente, do dispositivo econômico, como prática de uma biopolítica que oscila entre ela e a econômica, já que há o apelo capitalista, mais especificamente o neoliberal. Conforme acrescenta Vieira (2019, p. 96), “trata-se de deduzir aquilo que seria inútil o governo mexer. O limite de competência do governo será definido pelas fronteiras da utilidade de uma intervenção governamental”.

Imagem 10 - SE10



Fonte: GaúchaZH<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2020/04/nove-dos-18-maiores-municipios-dors-flexibilizam-abertura-do-comercio-ck8uvbwpf021101qw8ro8217h.html>>. Pesquisa realizada em: 11 abr. 2020.

Imagem 11 - SE11



Fonte: G1<sup>17</sup>.

O campo econômico-financeiro, ao atravessar o espaço público, produz a condição de existência para a prática de resistência às relações de poder regidas por uma biopolítica. Nesse patamar da contradição governamental, as sequências enunciativas 10 e 11 discursivizam obediência às regras impostas no jogo das relações de poder, numa materialidade midiática em que o discurso econômico-financeiro promove o deslocamento dos espaços que eram de práticas de liberdade em espaços objetivados por diferentes dispositivos de poder-saber de que se serve a governamentalidade sob a égide de um governo presidencialista e neoliberal.

Certos espaços públicos emergentes no discurso das mídias eletrônicas de informação acenam para serviços normatizados e categorizados como essenciais: supermercados, clínicas, oficinas mecânicas, entre outros. A exceção configura uma brecha no poder sobre o corpo da população, a qual lhe é permitido o acesso aos espaços que comercializam alimentação, por exemplo.

Imagem 12 - SE12



Fonte: NSC Total<sup>18</sup>.

<sup>17</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/24/rio-com-comercio-fechado-e-em-isolamento-pelo-coronavirus-fotos.shtml>>. Pesquisa realizada em: 14 abr. 2020.

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://www.nscotal.com.br/ultimas-noticias>>. Pesquisa realizada em: 11 abr. 2020.

O funcionamento da biopolítica nessas superfícies enunciativas ilustra a articulação de uma estratégia que busca não só garantir a manutenção da saúde de sua população, num movimento que, na SE12, faz emergir um discurso de normalização das práticas de liberdade em espaços que podem ser compartilhados pela população, mas também atende ao aspecto econômico. A SE12 materializa a prática normalizadora promovida pelo biopoder, o qual esquadrinha o espaço público, ancorado pelo saber de que esse poder se investe ao compartimentar os espaços livres, ou seja, os saberes científicos sobre a doença em destaque: o regime de verdade existente sobre ela.

Além da captura da espacialidade promovida por esse poder, nele, as relações de saber conferem positividade a outras práticas discursivas, como, por exemplo, o uso de máscaras respiratórias, conforme pode ser observado nos indivíduos, em primeiro plano, na materialidade imagética da SE12. Porém, essa subjetivação do sujeito de cuidados para com a saúde coletiva encontra práticas resistentes ao biopoder, podendo tais práticas serem verificadas no nível imagético da sequência a seguir. A discursivização do espaço não mostra uma resistência sutil, mas um afrontamento à norma social que a governamentalidade busca promover em meio à pandemia da Covid-19.

Imagem 13 - SE13



Fonte: RLagos Notícias<sup>19</sup>.

A dispersão enunciativa verificada nas mídias permite identificar certas práticas que, organizadas e funcionando em um mesmo espaço, enunciam a mobilidade própria às resistências ao biopoder vigente. Na sequência anterior, há a materialidade de uma forma de se resistir diante daquilo que o exercício da governamentalidade busca conduzir e caracterizar como boa conduta da população, durante a pandemia, isto é, a resistência ao biopoder não

<sup>19</sup> Disponível em: <<https://rlagosnoticias.com.br/2020/03/15/praiade-forte-em-cabo-frio-fica-cheia-no-ultimo-domingo-do-verao-apesar-do-alerta-para-conter-coronavirus/>>. Pesquisa realizada em: 20 abr. 2020.

deixa de ser discursivizada pelas mídias de informação. Dadas as características climático-geográficas deste país, as praias são um atrativo e se apresentam, comumente, sob a característica de espaço de práticas de liberdade. Mas por que essa prática habitual a muitos brasileiros emerge neste momento no discurso de tais mídias?

A perspectiva do sujeito-fotógrafo, de que foi registrada a enunciação imagética e sua espacialidade pública, confere as condições necessárias para exemplificaras resistências às relações de poder que buscam controlar os corpos dos indivíduos. A prática de liberdade, materializada pela SE13, configura-se, no contexto pandêmico, em tática de resistência aos dispositivos de saber-poder da rede da governamentalidade. O olhar da mídia opera um mecanismo de vigilância dos poderes, como as obediências e resistências ao biopoder, ao materializar os espaços e, por vezes, denunciar a aglomeração de indivíduos em local público, o que demonstra alinhamento do discurso midiático com o dispositivo disciplinar e de segurança, promotores de normalização dos espaços por meio de coerções, sanções possíveis, como multas e interdições que o funcionamento desses dispositivos, no exercício de governamentalidade, poderia imprimir aos indivíduos presentes nesse espaço, colocando-os na posição de sujeitos-culpados por uma possível proliferação do SARS-CoV-2.

No discurso das mídias jornalísticas, a emergência dos espaços públicos com aglomeração aparece como efeito de crítica à governamentalidade ou crítica a ausência desta. Pode-se interpor essa afirmação se se considerar a dispersão enunciativa que emoldura o *corpus* aqui analisado, pois nele há não só traços de resistência aos dispositivos normalizadores de conduta, mas também enunciados que mostram a eficácia das estratégias dos dispositivos de saber-poder que compõem a arte da governamentalidade, trazendo às claras efeitos das práticas de subjetivação de diferentes domínios associados do saber, os quais se debruçam a examinar a vida de cada indivíduo e, por efeito, da população. Buscam-se reorganizar os corpos na geografia urbana.



Imagem 14 - SE14



Fonte: Veja (online)<sup>20</sup>.

Acima é possível notar um duplo funcionamento do enunciado registrado pela mídia. A partir do que se enuncia na faixa (“Esta praia estará aqui por muito tempo, já você, não sabemos! #ficaemcasa”), verifica-se uma estratégia que utiliza uma voz plural, um “nós”, que enuncia a condição precária do ser humano diante da possibilidade da falência do corpo biológico desse “nós”, isto é, de qualquer indivíduo pela Covid-19; o que justificaria o impedimento à praia por esse acesso. No entanto, não se verifica materialidade de alguma prática de resistência, mesmo em um nível imagético, dado que, mais uma vez, o dispositivo do biopoder suplanta o direito de ir e vir dos indivíduos em espaços públicos nessa estratégia flagrada.

Imagem 15 - SE15



Fonte: El País<sup>21</sup>.

<sup>20</sup> Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/moradores-hostilizam-turistas-que-foram-a-praia-de-barrado-sahy/>>. Pesquisa realizada em: 20 abr. 2020. São Sebastião, SP. Foto: Acervo pessoal/Divulgação.

<sup>21</sup> Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-17/ao-vivo-ultimas-noticias-sobre-o-coronavirus-no-brasil-e-no-mundo.html>>. Pesquisa realizada em: 18 abr. 2020.

Imagem 16 - SE16



Fonte: Folha de S. Paulo (online)<sup>22</sup>.

Como os materializados nas sequências acima, os espaços correspondem àqueles que M. Foucault trata como “espaços externos” (1967) ao sujeito, não se reduzindo, portanto, à contingência das posições-sujeito, mas àquilo que está fora desse lugar. Nessa perspectiva, o cemitério torna-se um espaço para a circulação quase exclusiva, excetuando os sujeitos-colaboradores da instituição cemiterial e os corpos sem vida, ou seja, a dimensão do público desse espaço é reformulada pelos dispositivos de segurança, consonantes ao biopoder. Os rituais religiosos, que encontram no cemitério um lugar de fala, são deslocados pelas relações de poder para fora do espaço do cemitério, alterando as práticas discursivas comuns a tal espacialidade pública. O espaço é, então, ressignificado, pois encontra-se deslocado da ordem discursiva própria ao local, onde as práticas discursivas religiosas encontram lugar de fala fora de seus templos ou igrejas.

A sanitização do espaço público emerge como outro efeito do exercício do biopoder sobre o objeto cemitério. Além disso, diferente da necropolítica praticada, muitas vezes, pelo Executivo brasileiro, o biopoder se investe de saberes científicos sobre a biologia do vírus e sobre as práticas do corpo vivo, em sociedade, demonstrando, dessa forma, “os efeitos de saber” (FOUCAULT, 2008) sobre as estratégias de poder e, por isso, opera o redimensionamento do espaço e as práticas discursivas nele existentes.

A morte é enunciada em escala industrial, como mostra a SE16, na qual se nota a mecanização da prática do sepultamento através do emprego de máquina escavadeira, bem como a ausência das práticas discursivas ritualísticas, anunciando a falência biológica de parte da sociedade brasileira diante do inimigo microscópico. A perspectiva, a partir da qual a SE16 é enunciada, permite a visualização ampliada do espaço do cemitério na capital Manaus, o

---

<sup>22</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/04/prefeito-de-manau-chora-pede-ajuda-e-diz-que-bolsonaro-tem-de-ser-presidente-de-verdade-e-respeitar-coveiros.shtml>>. Pesquisa realizada em: 21 abr. 2020.

que ratifica o funcionamento do biopoder através de um enunciado impactante. Com isso, é promovida a geometrização do espaço cemiterial a fim de se evitar o contágio pelos cadáveres infectados, prática retomada na atualidade pandêmica, conforme enuncia Michel Foucault sobre a territorialidade em tempos de peste:

Trata-se nesses regulamentos relativos à peste de quadrilhar literalmente as regiões, as cidades no interior das quais existe a peste, com uma regulamentação indicando as pessoas quando podem sair, como, a que horas, o que devem fazer em casa, que tipo de alimentação devem ter, proibindo-lhes este ou aquele tipo de contato, obrigando-as a se apresentar a inspetores, a abrir a casa aos inspetores. Pode-se dizer que temos, aí, um sistema que é de tipo disciplinar (2008, p. 14).

O funcionamento do espaço cemiterial se mostra descontínuo e almeja promover a normatização das práticas discursivas e não discursivas em um novo panorama social, buscando estabelecer, assim, uma regularidade geográfica em plena contaminação global, materializando a regularidade de práticas de distanciamento entre os corpos. Enquanto a SE15 enuncia um espaço permeado pelos discursos religioso e sanitário, conforme mostram as cruzes nas sepulturas junto à sanitização do espaço; na SE16, destacam-se práticas de ordem estritamente sanitárias, sem o atravessamento do campo religioso, efeito dessa descontinuidade. As duas sequências discursivizam a reconfiguração do espaço do cemitério pelo exercício do biopoder em plena pandemia. Na SE15, identifica-se a separação das sepulturas, preservando a individualidade do corpo morto apesar da falta de identificação nominal desse corpo, portanto ausente do sujeito. Já na SE16, a espacialidade é outra, o funcionamento do poder contribui para apagar a individualidade do sujeito e do seu corpo através do compartilhamento do espaço perpétuo por outros corpos em valas sem identificação.

Ao enunciar tais materialidades, as mídias jornalísticas mostram o funcionamento articular do biopoder, de forma a restringir as resistências em espaços públicos por meio da discursivização da morte em massa (SE16) e o impacto que essa enunciação pode promover na sociedade em termos de táticas de resistência. O discurso religioso ritualístico é deslocado desse espaço de onde sempre falou, ou seja, é um lugar de fala do discurso religioso e que agora está sob as condições de possibilidade dadas no jogo dos poderes, principalmente das relações de poder inerentes ao biopoder, que suplanta o discurso religioso, em um embate que se materializa no discurso das mídias. As práticas religiosas, que acompanham o ritual do sepultamento, são deslocadas pelo jogo de poder, dado que “a disciplina se exerce sobre o corpo dos indivíduos e, por fim, a segurança se exerce sobre o conjunto de uma população”



(FOUCAULT, 2008, p. 15-16), visando a manutenção da saúde coletiva, cuida-se da saúde desse corpo coletivo: a população.

É o dispositivo de segurança<sup>23</sup>, em funcionamento no espaço público, que desloca o lugar de fala de outras formações discursivas. No discurso das mídias jornalísticas, os indivíduos mortos pela doença ocupam um espaço tomado pelo biopoder, por meio do dispositivo de segurança, e não por outras formações discursivas, em especial, a religiosa. É sabido que o cemitério, por si, é um espaço de prevenção de contágio, cuja existência se deve à questão sanitária, promotora de saúde pública. Porém, as relações de poder investidas nesse discurso e notadas nas materialidade midiáticas apagam práticas comuns a esses espaços, como os rituais religiosos funerários, que acompanham o sepultamento do cadáver.

Por outro lado, o espaço público das ruas é discursivizado nas mídias de jornalismo eletrônico de forma descontínua e até mesmo contraditória. Essa descontinuidade encontra-se, por exemplo, na prática de resistência aos protocolos sanitários, os quais são efeitos dos dispositivos de segurança no jogo do biopoder. Por vezes, o espaço comum das ruas emerge como um espaço em que há a prática de resistência aos dispositivos de segurança orquestrados pelo biopoder, na perspectiva de um governo da saúde pública. O discurso midiático materializa a ambiguidade das práticas discursivas registradas nesses espaços, em destaque, o espaço público das ruas, que pode ser observado na enunciação das seguintes SEs:

Imagem 17 - SE17



Fonte: Folha de S. Paulo (online)<sup>24</sup>.

<sup>23</sup> Compreende-se segurança como “certa maneira de acrescentar, de fazer funcionar, além dos mecanismos propriamente de segurança, as velhas estruturas da lei e da disciplina” (FOUCAULT, 2008, p. 14).

<sup>24</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/bolsonaro-visita-obra-de-hospital-provoca-novas-aglomeracoes-e-e-criticado-por-mandetta-e-caiado.shtml>>. Pesquisa realizada em: 11 abr. 2020.

Imagem 18 - SE18



Fonte: GaúchaZH<sup>25</sup>.

Embora os espaços públicos que aparecem em cada sequência sirvam a mesma destinação, o de trânsito de veículos e pedestres, as ruas são enunciadas de maneira a demonstrar o espaço sendo ocupado por diferentes discursos. Diferentes formações discursivas possibilitam, de acordo com suas respectivas orientações, a promoção de resistências à ordem do discurso sanitário. Em contrapartida, na SE18, verifica-se a discursivização de práticas cujas técnicas obedecem a dispositivos de segurança, ao promover, por exemplo, de maneira emblemática, o bloqueio ao acesso da cidade de Capão da Canoa, no Rio Grande do Sul. A perspectiva fotográfica da imagem permite a visualização do nome do município grafado em um portal, típico em cidades do interior, e que simboliza a porta de entrada à cidade. Porém, no discurso midiático, a possibilidade de ingresso na cidade, por mais que possa existir outras entradas, é interrompida diante da montagem de uma barreira de pedras. Ademais, ainda na mesma SE, nota-se a presença de um sujeito do cotidiano, aparentemente subjetivado pelos dispositivos de segurança, pois, embora não caracterizado como um sujeito-agente de segurança ligado a alguma instituição de Estado, parece cooperar para com a prática do isolamento e distanciamento sociais ao manusear um cone que sinaliza a interdição do acesso à cidade.

Em contrapartida, o espaço público da rua é flagrado em prática de resistência à ordem do biopoder quando ocupado por sujeitos subjetivados pela formação discursiva política, a qual é discursivizada em uma arena discursiva contra o dispositivo de segurança da população. A resistência configura-se, na sequência, por dois aspectos: primeiro, ao promover a aglomeração de indivíduos, desrespeitando a ordem do distanciamento entre indivíduos e, assim, possibilitando a transmissão do vírus da Covid-19 entre aqueles que ali contrariam o

<sup>25</sup> Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2020/03/fotorreportagem-o-impacto-do-coronavirus-na-rotina-do-rs-ck7wi06ty05e501oac18jox51.html>>. Pesquisa realizada em: 20 abr. 2020.

discurso científico; segundo, nem todos os sujeitos presentes no enunciado utilizam máscaras respiratórias.

Portanto, a prática de resistência materializada no discurso, SE17, contrasta com a conduta enunciada na sequência enunciativa seguinte, SE18. A contradição das práticas flagradas e enunciadas pelo discurso midiático, como nas duas SEs anteriores, apontam para um horizonte em que as práticas de resistências, especialmente nos espaços públicos, possuem, segundo o discurso das mídias, suas condições de existência a partir das formações discursivas que os ocupam e os atravessam, mesmo que esses sujeitos ocupem uma posição de sujeito-político, pois

a democracia designa também uma tensão ética no íntimo de cada pessoa, a exigência de reinterrogar a política, a ação pública, o curso do mundo a partir de um si político que contém um princípio de justiça universal e, sobretudo, não é a simples “imagem pública” de si, em oposição ao eu interno. É preciso parar de confundir o público e o exterior. O si público é nossa intimidade política. É, em nós, poder de juízo, capacidade de pensar, faculdade crítica. É com base nesse ponto em nós que nasce a recusa das evidências consensuais, dos conformismos sociais, das ideias pré-fabricadas (GROS, 2018, p. 16-17).

No entanto, o si político, manifesto pelo sujeito do Sr. Presidente da República Federativa do Brasil, na SE17, não condiz com a prática de si pública do sujeito detentor de “poder de juízo”, de “capacidade de pensar” e de “faculdade crítica”, como pensado por Gros (2018). Nessa perspectiva, a materialidade da SE17 confunde-se com a prática daqueles indivíduos que ocupam as ruas não pelo viés das formações discursivas políticas, de que são sujeitos, mas pela miséria social e seus efeitos que, de certa forma, as políticas governamentais possibilitam à população brasileira.

Imagem 19 - SE19



Fonte: Folha de S. Paulo (online)<sup>26</sup>.

<sup>26</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/04/prefeitura-de-sp-fecha-servico-para-usuarios-de-drogas-e-corpo-e-encontrado-na-cracolandia.shtml>>. Pesquisa realizada em: 08 abr. 2020.

Imagem 20 - SE20



Fonte: El País<sup>27</sup>.

Nas SEs 19 e 20, o discurso midiático sobre espaço público durante o início da pandemia oferece aos olhares atentos a manifestação de práticas discursivas e não discursivas que poderiam ser categorizadas como resistências às relações de poder geridas pela governamentalidade. No entanto, se “a resistência, como um exercício de poder, situa-se na discussão ética da liberdade” (FERNANDES, 2020, p. 132), não é coerente afirmar que as práticas registradas nas duas SEs anteriores correspondem a exercícios de resistência, pois, para isso, conforme Fernandes, para se exercer uma resistência é necessário estar investido também de poder. Fato que não corresponde à realidade dos sujeitos que ali se destacam, dado que o desrespeito às leis não corresponde, neste caso, ao efeito de uma racionalidade crítica, mas ao efeito da miséria e do vício, “a referência à sua miséria é trazida para ilustrar o tamanho de sua conquista individual” (CURCINO, 2020, p. 270).

Mas, como é possível verificar nas sequências, na aglomeração presente na SE19 e na materialidade da mulher sentada em frente à fachada de uma loja, na SE20, tratam-se de sujeitos de uma miséria financeira e social há tanto promovida e postergada, principalmente, pela incompetência dos governantes políticos: a marginalização e a miséria desses sujeitos na sociedade brasileira. A rua é, pelo discurso eletrônico jornalístico, o espaço público com a maior heterogeneidade de táticas de resistência às relações de força pelo biopoder, pois trata-se de um dos espaços públicos mais representativo dessa vontade de liberdade que acompanha as resistências.

Na esteira da produção discursiva sobre a espacialidade pública em tempos de Covid-19, os lugares próprios ao discurso religioso tiveram suas práticas objetivadas, sendo alvo de controle e de regulação pelo biopoder, o qual, por meio de diferentes estratégias empregadas

<sup>27</sup> Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-10/brasil-ultrapassa-as-1000-mortes-enquanto-adesao-ao-isolamento-diminui-em-sp-epicentro-da-doenca.html>>. Pesquisa realizada em: 11 abr. 2020.



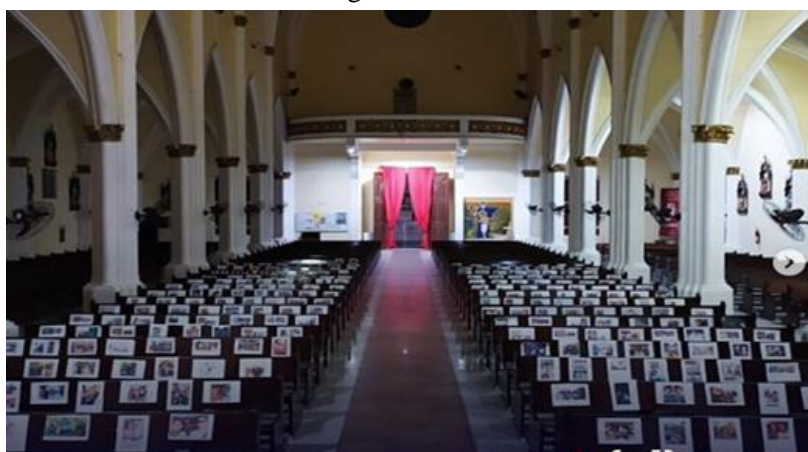
nas relações de poder, como as leis, impede o funcionamento das práticas ritualísticas próprias a tais localidades, conforme ilustram as emergências a seguir:

Imagem 21 - SE21



Fonte: G1<sup>28</sup>.

Imagem 22 - SE22



Fonte: Diário do Nordeste<sup>29</sup>.

Em ambas materialidades, podem-se notar algumas regularidades do funcionamento do espaço do religioso. De um lado, o acesso às igrejas e templos passa a ser proibido em diferentes localidades do país, enunciando a periculosidade que o funcionamento desses espaços oferece não só aos fiéis que o frequentam, mas também a todos os indivíduos, já que há a possibilidade de contaminação dos corpos em uma proporção mais ampla através do contato que outros indivíduos possam ter com os sujeitos-religiosos. Por outro lado, é possível verificar que a relação de poder não impede a prática discursiva religiosa, visto que a prática

<sup>28</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/04/09/padre-de-tapera-atende-confissoes-de-fieis-dentro-de-carros-em-frente-a-paroquia-durante-semana-santa.ghtml>>. Pesquisa realizada em 11/4/2020.

<sup>29</sup> Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/>>. Pesquisa realizada em: 11 abr. 2020.

ritualística pode se deslocar para fora do espaço sagrado, ocupando outra espacialidade pública. Na SE22, os sujeitos-religiosos não deixaram de ocupar o espaço, mantendo suas individualidades por meio do simbólico, mas sem os seus corpos. Embora o espaço da igreja esteja fechado à frequência, as relações de poder não impedem o acesso das subjetividades, que tomam corpo no espaço público sagrado.

A arquitetura dos espaços presentes nas SEs 21 e 22 permite ao dispositivo de segurança da população o bloqueio ao acesso a esses locais, é o espaço público limitado pelas relações de poder-saber. Essa característica da arquitetura dos espaços retratados do campo religioso possibilita a exclusão dos corpos dos sujeitos praticantes de fé que, neste momento de pandemia, configuram-se em ameaça a um corpo mais amplo e mais importante para o olhar do Estado: a população. Esta é foco de cuidados do dispositivo de segurança que esquadrinha os espaços e procura isolar os corpos doentes dos sãos, apesar da sabida limitação no atendimento ao público que os hospitais enfrentam durante a atual pandemia, devido, especialmente, à falta de leitos, de equipamentos e de recursos humanos para o tratamento dos corpos doentes.

Assim, o espaço público é captado pela lente das mídias jornalísticas e emerge como objeto de governamentalidade, cujas relações de poder postas em funcionamento estão sob o escopo, principalmente, do dispositivo de segurança. O biopoder interdita o espaço religioso, mas não impede as práticas discursivas próprias a ele, demonstrando a capilaridade e mobilidade dos dispositivos de segurança, que funcionam sob a regência da governamentalidade. Nas sequências anteriores, os sujeitos-religiosos são discursivizados de modo a mostrar a subjetivação desses sujeitos pelos dispositivos ativos nas relações de poder operacionalizada pela governamentalidade da população brasileira.

### **Considerações finais**

Por meio da análise discursiva empreendida, verificaram-se as condições de possibilidade de práticas de resistência promovidas pelo atravessamento dos espaços públicos por determinadas formações discursivas, as quais tomam a espacialidade como meio de funcionamento, como se observa nas filas diante das instituições financeiras e na aglomeração promovida por aqueles que deveriam praticar a biopolítica (FOUCAULT, 2012a). No entanto, possibilitam condutas que vão de encontro à ordem do discurso científico-sanitário. Notou-se

a regularidade dos dispositivos de segurança como ferramenta normatizadora das disposições dos corpos no espaço e das práticas sociais.

O discurso do distanciamento social e do respeito às normas sanitárias apresentou-se com regularidade no discurso midiático, ecoando o discurso do biopoder (FOUCAULT, 1988) pela sociedade como estratégia do dispositivo de segurança. Porém, não se percebe somente o funcionamento de uma regularidade normativa sob o regime do biopoder, mas deslocamentos de práticas discursivas e ressignificações de espaços públicos são promovidos nessa nova realidade imputada pela pandemia da Covid-19. A própria descontinuidade dos enunciados é marcada no e pelo discurso midiático ao ressignificar, por exemplo, espaços que antes eram promotores de saúde e bem-estar social, como campos, quadras, praças e parques, mas que agora (re-)significam um espaço de ameaça à saúde pública por uma contaminação viral.

O discurso midiático jornalístico reforça, ao menos quantitativamente, as estratégias de segurança que circulam na sociedade atual e que se encontram sob a égide de uma governamentalidade que não se reduz ao governo político, tendo em vista o importante papel que outras instituições, especialmente as científicas, nacionais e internacionais, têm prestado em relação à vontade de saber (FOUCAULT, 1988) sobre a doença e as formas de se combatê-la. O discurso sobre a Covid-19 é, portanto, a arena onde campos associados (FOUCAULT, 2012a) ao científico são postos em funcionamento, conforme mostrou-se neste estudo o campo político e o econômico, por exemplo. Tais formações discursivas (FOUCAULT, 1988) operam de forma a dar condição de existência a práticas de resistências ao poder na espacialidade pública, mais especificamente resistências ao biopoder (FOUCAULT, 1988).

Por fim, é notável a regularidade discursiva (FOUCAULT, 1988) da interdição de espaços públicos com vistas ao combate ao contágio pelo vírus da Covid-19. No entanto, observou-se que o exercício da governamentalidade opera de modo a criar uma contradição em relação à produção discursiva do dispositivo de segurança (FOUCAULT, 1988), pois, embora os campos político e econômico componham o exercício integral da governamentalidade da população, ela, a governamentalidade, estabelece, nas relações de poder-saber instauradas em diferentes pontos da sociedade em meio à pandemia, sua característica contraditória e com potencialidade de promover a morte dos indivíduos pela Covid-19 ao expor a população à contaminação. O regime praticado pelos dispositivos que atendem a governamentalidade apresentam, por vezes, condições de possibilidade de morte dos indivíduos ao promover e/ou permitir a aglomeração de indivíduos em espaços públicos,

o que confere o caráter necropolítico (MBEMBE, 2018) em vez de uma biopolítica, já que, embora a governamentalidade busque preservar a saúde da população, ela também proporciona, segundo o discurso das mídias jornalísticas, condições de possibilidade de contaminação e de morte dessa mesma população. Tendo em vista as SEs analisadas, os espaços são atravessados, principalmente, pelo dispositivo político e pelo econômico, os quais suplantam as estratégias de segurança do biopoder, concedendo à população a morte.

## Referências

AMBRÓSIO, Aldo. Desapropriar-se do Eu. In: RAGO, M.; PELEGRINI, M. (orgs.). **Neoliberalismo, feminismos e contracondutas**: perspectivas foucaultianas. São Paulo: Intermeios, 2019, p. 51-64.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Auxílio Emergencial 2020**. 2020. Disponível em <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>>. Acesso em: 7 ago. 2020.

CASTELO BRANCO, Guilherme. As resistências ao poder em Michel Foucault. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 24, n. 1, p. 237-248, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010131732001000100016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010131732001000100016&lng=en&nrm=iso)>. <https://doi.org/10.1590/S0101-31732001000100016>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

CURCINO, Luzmara. Da infâmia à resistência: quando se é notícia porque se lê. In: BRAGA, A.; SÁ, I. (orgs.). **Por uma microfísica das resistências**: Michel Foucault e as lutas antiautoritárias da contemporaneidade. Campinas: Pontes Editores, 2020, p. 249-274.

FERNANDES, Cleudemar Alves. Corpo e resistência na história. In: BRAGA, A.; SÁ, I. (orgs.). **Por uma microfísica das resistências**: Michel Foucault e as lutas antiautoritárias da contemporaneidade. Campinas: Pontes Editores, 2020, p. 127-149.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Coleção Ditos & Escritos, v. 2. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Tradução Luiz Felipe Baeta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012b.



FOUCAULT, Michel. De espaços outros. **Estud. av.**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 113-122, 2013. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142013000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000300008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 31 mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000300008> .

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Coleção Ditos & Escritos, v. 4. 3. ed. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

GROS, Frédéric. **Desobedecer**. Tradução Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu, 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. O que é desemprego. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 7 ago. 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução Renata Santini. São Paulo: *n-1* edições, 2018.

NAVARRO, Pedro. Acontecimento discursivo e feitos de poder sobre o sujeito idoso. In: BUTTURI JUNIOR, A.; SEVERO, C. G. (orgs.). **Foucault e as linguagens**. Campinas: Pontes Editores, 2018, p. 267-296.

PRADO, Tomás. **Foucault e a linguagem do espaço**. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2018.

SAMPAIO, Simone Sobral. **Foucault e a resistência**. Goiânia: Editora da UFG, 2006.

VIEIRA, Priscila P. Sobre Michel Foucault e Harvey Milk: os embates entre o direito, a utilidade geral e as liberdades. In: RAGO, M.; PELEGRINI, M. (orgs.). **Neoliberalismo, feminismos e contracondutas: perspectivas foucaultianas**. São Paulo: Intermeios, 2019, p. 91-111.

Recebido em: 29 de janeiro de 2021

Aceito em: 22 de março de 2021